

INCLUSÃO E PRODUÇÃO DE AUDIOTEXTOS NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO
E APRENDIZAGEM DOS CEGOS DE SANTA MARIA – RS
EXTENSÃO, DOCÊNCIA E INVESTIGAÇÃO.

LUCIANO TEIXEIRA GOMES¹;
ELISANE MARIA RAMPELOTTO²;
LIZIANE SOUZA³;
ANA PAULA FERRAZ⁴.

RESUMO.

No Brasil, existem 24 milhões de pessoas com deficiência, o que significa cerca de 14% da população. Entre elas, 148 mil são cegas e 2,4 milhões com grande dificuldade de enxergar (Censo IBGE 2000). É com a intenção de atingir parte desse público que está sendo realizado o projeto de produção de audiotextos na Universidade Federal de Santa Maria no qual um dos focos é proporcionar a inclusão e melhoria do atendimento e interação escolar e social aos sujeitos com deficiência visual e cegos da comunidade universitária e também sujeitos ligado a Associação de Cegos e Deficientes Visuais de Santa Maria (ACDV). Oferece condições para que professores, alunos e técnico-administrativos da UFSM tenham a oportunidade de superar as barreiras em relação aos cegos e a cegueira. Apesar de o sujeito cego ter acesso à oralidade e desenvolver uma aguçada audição, ele não tem acesso à leitura de materiais didáticos em relação à literatura de apoio às disciplinas, como textos, capítulos de livros, livros, entre outros. Com esse enfoque a Universidade Federal de Santa Maria-RS, através do Projeto “Inclusão e Produção de Audiotextos na Construção do Conhecimento e Aprendizagem dos Cegos de Santa Maria.”, implementa uma política de acessibilidade aos sujeitos com baixa visão e cegos à educação por meio da produção de audiotextos, oferecendo apoio acadêmico no uso de recursos tecnológicos, de informação e de comunicação, facilitando os materiais de ensino necessários para aprendizagem desses sujeitos. O Projeto utiliza o programa multifuncional para edição de arquivos de áudio “Audacity” obtido junto aos repositórios de softwares livres, e seus participantes contemplam os três segmentos da comunidade universitária da UFSM, ou seja, acadêmicos, técnico-administrativos e professores. Este projeto advém da possibilidade que têm as pessoas com baixa visão e cegas de receberem as informações, a construção do conhecimento e aprendizagens através da audição. Acreditamos que a produção de audiotextos para a

¹ Acadêmico de Licenciatura Plena do curso de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria-RS. E-mail: lucianogomes944@gmail.com

² Professora do Departamento de Educação Especial da UFSM e coordenadora do Projeto Inclusão e Produção de Audiotextos na Construção de Conhecimento e Aprendizagem dos Cegos de Santa Maria. E-mail: elisane2007@gmail.com.

³ Acadêmica de Licenciatura Plena do curso de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria-RS. E-mail: lizi-souza@hotmail.com.

⁴ Acadêmica de Licenciatura Plena do curso de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria-RS. E-mail: paulynhahferraz@hotmail.com.

educação inclusiva traz impactos em relação às possibilidades de interação, comunicação e construção de conhecimentos por parte dos cegos, pois a audição, como bem se tem conhecimento, é ferramenta fundamental no processo de aprendizagem e de vida de quem não tem a capacidade de enxergar.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão implica reconhecer que a sociedade humana trilha hoje a busca de um novo rumo. Considera, ainda, que os caminhos trilhados até aqui não conduziram essa mesma sociedade e os seres humanos para um lugar capaz de produzir uma vida decente para todos.

A proposição de um paradigma que emerge de diferentes setores e lugares desta sociedade traz a perspectiva da inclusão como a possibilidade de redimensionar e reconciliar a sociedade em geral com os sujeitos individuais que dela fazem parte.

Nesse sentido, a possibilidade de perceber que todo conhecimento científico-natural é também científico-social e que todas as possibilidades de entendimento sobre a sociedade e o ser humano estão imersas nas representações culturais e não na fragmentação de um saber neutro e verdadeiro passa a caracterizar que a deficiência, ao mesmo tempo em que é uma determinação orgânico-biológica, também é uma construção social e cultural. Ou seja, a deficiência existe no sujeito humano, ela está ali, no entanto, o tratamento da sociedade para com o que está ali é uma representação social, que nos incumbe compreender ou excluir, tecida por um imaginário que complica ou simplifica as relações da sociedade com esses sujeitos. É necessário, então, construir novas categorias de inteligibilidade, que organizem novos conceitos capazes de destruírem a barreira histórica que dividiu e fragmentou a realidade e o sujeito humano.

Na dimensão de um novo paradigma de conhecimento, tem-se a idéia de que todo conhecimento é local e global, e isso traz implicações importantes no que concerne ao paradigma inclusivo. Em contraposição à idéia do exclusivo às especializações, a idéia da inclusão passa a ser vista para além de uma disciplina, sendo agora um tema 'por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros'.

Constituindo-se o conhecimento de autoconhecimento, o novo paradigma baseia-se no sujeito, como produtor de uma realidade, tendo como referência a própria autobiografia. Nesse sentido, a importância da singularidade do sujeito passa a ser referência para as práticas de Inclusão. Assim, necessitamos não mais descrever, e sim compreender intimamente o mundo e nele descobrir as possibilidades humanas, na busca de uma vida decente, de um saber viver; na busca, enfim, do sentido humano, perdido no rigor da objetividade da ciência moderna. É o conhecimento científico assumindo a subjetividade e traduzindo-se num saber prático.

Por fim, a idéia de que é necessário dialogar a partir do cotidiano com as práticas inclusivas, se produz um diálogo com sentidos que integram ações de intencionalidade concretadas no cotidiano das sociedades humanas.

Desse modo, o paradigma da inclusão, antes de ser um modelo educacional é uma possibilidade nova de representação social capaz de orientar o imaginário instituinte da sociedade e da cultura humana rumo a uma transformação da história dada.

Nessa perspectiva paradigmática da inclusão, a diferença humana aparece como categoria influenciada pela alteridade, considerando que o espaço social humano está em construção, sendo lugar, tempo, estado e intencionalidade.

Lugar que nos permite perguntar: onde a inclusão é paradigma de acolhimento das diferenças? A idéia de inclusão perpassa o conceito de inclusão como ser e fazer parte, em que o onde é o espaço de aprendizagens humanas pelas experiências e vivências com os outros e com a sociedade. Assim, passa-se a entender que o que garante a transformação de um ser biológico com características hereditárias de ser humano são as relações que esse ser humano estabelece social e historicamente com os outros. Através dessas relações é que construímos nossas emoções, desejos, sentimentos e conhecimentos.

Nesse novo tempo, embalados pelo paradigma da inclusão, passa-se a perceber que esse é uma ação de pertencimento das diferenças na sociedade, compreendendo que a vida do sujeito diferente não se restringe à família ou à escola, mas que o lugar está no contexto da sociedade, não sendo um problema restrito a ação de especialistas. Estar na sociedade implica trabalho como direito de todos: vias públicas, transporte, barreiras nas comunicações e informações, arquitetura para a vivência e experiência de todos, respeito e dignidade a todos.

O paradigma da inclusão está, portanto, reescrevendo um novo espaço e tempo histórico para a sociedade e para os humanos. E mais importante que isso, desafiando o contexto educacional a promover mudanças.

A Legislação brasileira prevê o princípio da igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos. Isso representa o compromisso do governo, da sociedade e de nós, professores, alunos e servidores técnico-administrativos do ensino superior, de garantir o acesso e dar condições para incluir os sujeitos diferentes, entre eles o aluno com deficiência visual⁵, na universidade.

2 JUSTIFICATIVA

A Educação Inclusiva é, sem dúvida, um dos maiores desafios do sistema educacional. Desenvolvida na década de 70, a Educação Inclusiva envolve muito mais do

⁵ A deficiência visual pode ser definida como a perda total ou parcial da capacidade de enxergar, ou seja, desde a cegueira até a visão subnormal ou baixa visão (MEC/SEAD, 2000)

que o aluno deficiente, ela envolve também a família, a escola (ensino fundamental e médio), a universidade e a sociedade. Portanto, um dos focos deste projeto é proporcionar a inclusão e melhoria do atendimento e interação escolar e social aos sujeitos com deficiência visual e cegos da comunidade universitária da UFSM e da Associação de Cegos e Deficientes Visuais de Santa Maria/RS. É oferecer condições para que professores, alunos, técnico-administrativos e comunidade, tenham a oportunidade de superar as barreiras em relação aos cegos e a cegueira.

Assim, destaca-se que é importante compreender o outro na sua diferença, pois, entende-se que todo o ser humano, independente de sua diferença, tem capacidades e limitações. Além disso, entende-se que a comunidade universitária da UFSM e a sociedade em geral, em sua grande maioria, ainda não estão preparadas para lidar com as diferenças, limitações e as individualidades a fim de que realmente os sujeitos com deficiência visual e cegos sejam incluídos, ao mesmo tempo, a população não possui condições para analisar o que é “estar” excluída em uma sociedade que se diz “igualitária”.

No Brasil, existem 24 milhões de pessoas portadoras de deficiência, o que significa cerca de 14% da população. Entre elas, 148 mil são cegas e 2,4 milhões com grande dificuldade de enxergar (Censo – IBGE 2000)⁶. Essas pessoas encontram-se excluídas de diversas formas, de várias dimensões da vida social e produtiva.

Com o desenvolvimento da tecnologia e do rápido acesso a informação é cada vez mais crescente a entrada e condições adequadas de ensino-aprendizagem e de vida universitária do sujeito com deficiência visual e do cego no ensino superior.

Apesar de o sujeito cego ter acesso a oralidade e desenvolver uma aguçada audição, ele não tem acesso a leitura de materiais didáticos em relação à literatura de apoio às disciplinas, como textos, capítulos de livros, livros, entre outros.

Diante deste contexto, acreditamos que a produção de audiotextos para a educação inclusiva traz impactos em relação às possibilidades de interação, comunicação e construção de conhecimentos por parte dos cegos, pois a audição como bem se tem conhecimento, é ferramenta fundamental no processo de aprendizagem e de vida de quem não tem a capacidade de enxergar.

Justifica-se assim, a relevância em desenvolver este projeto para sistematizar o acesso aos materiais didáticos de apoio ao ensino, também à pesquisa, necessários para a formação acadêmica dos sujeitos com baixa visão e cegos no ensino superior, em especial, na UFSM e também para a disponibilização deste tipo de material para ACDV de Santa Maria, visto que, este instrumento possibilita maior interatividade e autonomia, aspectos importantes para o convívio e inclusão social.

⁶ IBGE. Censo demográfico 2000: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2000.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral.

Implementar uma política de acessibilidade aos sujeitos com baixa visão e cegos à educação superior e Associação de Cegos de Santa Maria – ACDV por meio da produção de audiotextos oferecendo apoio no uso de recursos tecnológicos, de informação e de comunicação, facilitando assim os materiais de ensino necessários para aprendizagem desses sujeitos.

3.2 Objetivos Específicos.

- Possibilitar a construção de uma política de acesso e permanência dos alunos com baixa visão e cegos matriculados na UFSM,
- Viabilizar adequações tecnológicas e pedagógicas permitindo o acesso e permanência dos sujeitos com baixa visão e cegos no ensino superior,
- Ampliar a possibilidade de acesso, somada à tecnologia de informação, aos materiais didáticos de apoio ao ensino e à pesquisa necessários para a formação dos sujeitos com baixa visão e cegos no ensino superior,
- Atender ao público com baixa visão e cegos da comunidade universitária da UFSM e da Associação de Cegos e Deficientes Visuais de Santa Maria
- Criar a rotina da técnica de gravação de audiotextos, proporcionando à Associação de Cegos e Deficientes Visuais de Santa Maria e aos acadêmicos com baixa visão, cegos e ouvintes acesso a materiais de qualidade,
- Produzir audiotextos para a inserção do sujeito com baixa visão e do cego no mundo da leitura, viabilizando o acesso a cultura, lazer, entretenimento e educação;
- Organizar uma AUDIOTECA com os materiais de apoio didático-pedagógico para alunos com baixa visão, cegos e também ao público ouvinte,

4 INCLUSÃO: CONCEITOS E TERMINOLOGIAS

4.1 Inclusão: Considerações importantes

Todos nós percebemos as diferenças existentes entre os seres humanos, sejam elas étnicas, sociais, econômicas ou, ainda, localizadas nas relações subjetivas da cultura, dos valores, da formação familiar.

No entanto, em meio à humanidade tão diversa, existem diversidades que, culturalmente, estamos acostumados a ver, mas não a considerar 'naturais'. Tais diferenças

dizem respeito às pessoas com deficiência, mais especificamente àquelas pessoas cegas, surdas, deficientes físicas e deficientes mentais.

Quando percebemos essas diferenças, elas nem sempre nos parecem naturais, e a própria inserção cultural e de valores dessas pessoas na sociedade nos reporta a noções e definições preconceituosas.

Nossos sentimentos em relação aos deficientes estão carregados de 'compaixão' e de concepções que subjugam as suas capacidades de produtividade e eficiência.

Reconstituir essa imagem social e individual da pessoa deficiente é, portanto, um caminho a ser percorrido pela sociedade que pretende humanizar a vida e o ser humano. Mas, para isso, se faz necessário investir na formação da consciência.

Esse debate já está sendo feito por diversas instituições, dentre elas o poder judiciário, que já apresenta leis que regulamentam as diferenças no seio da sociedade e do trabalho; a escola, que já define a necessidade de estar se organizando, mesmo que lentamente, para incluir em suas atividades alunos deficientes; e outros órgãos que trabalham na comunidade e que se responsabilizam em debater a cidadania como valor de todo sujeito que vive em sociedade.

Hoje já avançamos; agora nosso discurso afirma que o deficiente é um sujeito pertencente a esta sociedade, uma sociedade que deve arranjar meios de incluir em seus projetos de necessidades humanas o deficiente, tendo consciência de que incluir significa entendê-lo como parte.

Passamos a entender que inclusão (*fazer e ser parte*) é construir uma visão de ser humano e de aprendizagem humana referenciada em um processo que se dá pela experiência e vivência com a sociedade.

Passamos, quem sabe, a entender que o que garante a transformação de um ser biológico em ser humano são as relações que estabelecemos social e historicamente com os outros e que é através disso que construímos nossas emoções, desejos, sentimentos e conhecimentos. Parece que passamos a entender que a vida do deficiente não é problema da família, mas da comunidade; que o atendimento educacional da criança diferente não é problema para especialistas, mas para todas as pessoas que trabalham em contato com esse aluno; que o trabalho é direito de todos e que pode ser adaptado às diferenças individuais de qualquer sujeito; e que a cidade, através de suas vias públicas, transporte e arquitetura, deve incluir e facilitar o acesso e a permanência de qualquer pessoa, seja ela deficiente ou não.

No entanto, mesmo tendo em mente essas idéias, ainda pensamos que o problema da deficiência é motivo de medidas políticas e sociais paliativas. Nossa visão de inclusão ainda se restringe a deficiências permanentes, mas é importante que percebamos que as deficiências nem sempre são permanentes.

Um exemplo de que as deficiências não são permanentes: as pessoas idosas, antes de se tornarem idosas, eram adultos ativos, que liam, enxergavam e a sua audição era inquestionável. A idade avançada as torna sujeitos com necessidades especiais, pois não têm mais capacidade e agilidade para subir escadas e fazer outras atividades; já não lêem tão bem, precisam de óculos; e sua audição, quando o neto os chama de longe, já não é tão perfeita.

Nos moldes do exemplo acima, uma pessoa jovem pode ter necessidades especiais temporárias, como precisar de uma rampa por ter quebrado a perna ou precisar de instrumentos didáticos diferenciados por não ter conseguido aprender com os materiais disponíveis. Esses exemplos têm a função de demonstrar que é preciso que a sociedade se prepare para atender aqueles com necessidades especiais, incluindo-os significativamente nos projetos sociais, econômicos e educativos. Incluindo todos os seres humanos, sejam aqueles que apresentam ou não as diferenças das quais estamos ou não acostumados a ver.

4.2 Conceitos e Terminologias: Deficiência/ Diversidade ou Diferença?

Hoje em dia, existe uma invasão obstinada nos discursos pedagógicos dos termos deficiência, diversidade e diferença. Uma das questões recorrentes, e que tem sido debatida em vários estudos e concepções teóricas, está relacionada ao espaço da diferença e ao espaço da diversidade.

Mas como pensar esses espaços? Eles são os mesmos espaços, o da diferença e o da diversidade? Observe que falar sobre deficiência, diversidade e diferença é uma questão de representação e esta vai se construindo pelas relações de cada sujeito com a sociedade, originando, a partir daí, uma imagem e conceito com significado e sentido. Por isso, representação pode ser:

Representação mental: criação de imagem, sons, cheiros, idéias, valores, etc. Uma espécie de chave interpretativa que cada ser humano constrói para se relacionar e trabalhar com o mundo;

Representação social: entende-se pelo conjunto de idéias, conhecimentos, valores, ideologias, regras e normas, que têm origem na vida cotidiana e do senso comum. Esse conjunto orienta o pensamento prático, a comunicação e compreensão, as relações e as atitudes humanas (individuais e coletivas), em um determinado agrupamento social.

Skliar (1999) entende o espaço da diferença de várias maneiras. Ele aponta algumas marcas que possibilitam o entendimento das diferenças.

Diz que:

- as diferenças não são uma obviedade cultural

nem uma marca de “pluralidade”;

- as diferenças se constroem histórica, social e politicamente;
- não podem caracterizar-se como totalidades fixas, essenciais e inalteráveis;
- as diferenças são sempre diferenças;
- não devem ser entendidas como um estado não desejável, impróprio de algo que cedo ou tarde voltará à normalidade;
- as diferenças dentro de uma cultura devem ser definidas como diferenças políticas • e não simplesmente como diferenças formais, textuais ou lingüísticas;
- as diferenças, ainda que vistas como totalidades ou colocadas em relação com outras diferenças, não são facilmente permeáveis, nem perdem de vista suas próprias fronteiras;
- a existência de diferenças existe independentemente da autorização, da aceitação, do respeito ou da permissão outorgados da normalidade. (SKLIAR, 1999, p. 22-23).

O espaço da diversidade, como assume uma condição conservadora, acaba não reconhecendo o significado político das diferenças culturais. Hoje, é bastante comum, nos debates sobre a educação, o envolvimento de questões que dizem respeito à diferença e ao reconhecimento da diversidade. Mas, nas políticas educacionais, o debate ainda acontece frente à importância de uma pedagogia para a diversidade.

Nos documentos oficiais do MEC/SEESP, esses termos estão freqüentemente presentes, contudo diversidade e diferença estão sendo consideradas como sinônimas.

Existe uma semelhança criada entre os termos. Ela ocorre em consequência da apropriação do significado da diferença na utilização da palavra diversidade. Recorrendo-se ao dicionário, ferramenta importante quando se trata do significado de palavras, percebe-se claramente a relação que existe entre diversidade e diferença. Segundo o Dicionário de Língua Portuguesa (1992, p. 372-360), diversidade quer dizer “diferença, dessemelhança, variedade, divergência, oposição, contradição”, e a diferença significa “diversidade, variedade, caráter que distingue um ser de outro, uma coisa de outra”.

A esse respeito, Ferre (2001, p.195) explica, e é possível verificar, que o significado de diferença e diversidade distingue “o outro do um, o outro do mesmo. Quer dizer que o diferente ou diverso é o contrário do idêntico”. Esses termos “diferença” e “diversidade”, como já foi mencionado acima, são constantemente citados em documentos, textos oficiais e nos discursos da Educação Especial com o mesmo sentido.

Por isso, como diz Skliar (1999, p.21), a “diversidade, nesse e em outros contextos mais amplos, retrata uma estratégia conservadora que [...] obscurece, o significado político das diferenças culturais”.

Na perspectiva de uma pedagogia da diferença, a deficiência é uma construção cultural, que teria que ser fundamentada em questões culturais que configurassem uma *identidade cultural e social*.

4.3 Educação Especial e Diferença

A Educação Especial compartilha com outras áreas científicas o estudo do ser humano e, mais especificamente, das diferenças humanas que são causadas por algum déficit ou diferenças sensoriais, físicas, cognitivas ou psicológicas.

Nesse sentido, a Educação Especial tem como foco de estudo e atuação o processo de ensino e de aprendizagem dos sujeitos que necessitam, no contexto de seu processo educativo, de intervenções pedagógicas especializadas e organizadas. Esse ensino objetiva a superação de sua limitação, tendo em vista a substituição de metodologias ou recursos de aprendizagem, ou até a reestruturação física e pedagógica do espaço educativo.

Sendo os sujeitos humanos objetos de estudo e atuação da Educação Especial, é importante conhecermos os enfoques que determinam quem são esses sujeitos. Para González (2002, p.72), “Os sujeitos, aos quais se dirigiu e se dirige a Educação Especial, foram denominados e classificados segundo critério dominante, a partir de uma perspectiva sócio-histórica”. Para o autor, alguns critérios se definem por:

Critério estatístico: considerava-se anormal uma pessoa se, no contínuo representado no sino de *gaus*, esta se distanciava do valor numérico da população de referência.

Critério clínico: identifica-se a normalidade com saúde e a anormalidade com doença.

Critério sociocultural: define-se a normalidade como adaptabilidade ou adaptação ao meio social.

Critério normativo: quando nos referimos à maior ou menor proximidade a um protótipo de homem, incluindo aspectos físicos e comportamentais.

Critério subjetivo: uma pessoa sente-se normal ou anormal conforme os seus próprios critérios.

Critério legal: um sujeito é incompetente quando não for capaz de administrar sua vida ou propriedade que possua, de maneira adequada, tornando-se necessária a presença de um tutor (2002, p. 73).

Para a definição e classificação da deficiência, tendo como fonte ainda os critérios, são apresentados por González (2002) outras possibilidades, e estas são muito encontradas no âmbito do sistema educacional. São eles os critérios:

- Sociocultural e ideológico: a própria concepção da ordem social estabelece e classifica a concepção do indivíduo e as diferenças humanas.
- A própria instituição escolar, influenciada pelos aspectos sociais, culturais e legislativos, redefine o sujeito da educação especial (2002, p. 73).

Diante dos critérios, alguns mais técnicos e outros mais socioculturais, temos, no Brasil, a *Política Nacional de Educação Especial* (1994), que apresenta definições e classificações dos sujeitos que vivem a diferença. Entre eles, encontramos os sujeitos deficientes visuais e cegos.

4.4 Baixa Visão/Deficiência visual /Cegueira

A deficiência visual pode ser definida pela perda total ou parcial da capacidade de enxergar. Ela compõe dois grupos: a cegueira e a visão subnormal. Segundo informações coletadas nos sites do Instituto Benjamin Constant e da Fundação Dorina Nowill para Cegos, o sujeito cego é aquele que “apresenta desde ausência total de visão até a perda da percepção luminosa”, enquanto que, na visão subnormal ou baixa visão, o sujeito “apresenta desde a capacidade de perceber luminosidade até o grau em que a deficiência visual interfira ou limite seu desempenho”.

De acordo com o MEC/SEAD (2000, p. 6), pode ser caracterizada pela “alteração da capacidade funcional decorrente de fatores como rebaixamento significativo da acuidade visual, redução importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitação de outras capacidades visuais” (site <http://www.bengalalegal.com/novela.php>).

É bom lembrar que tanto a cegueira quanto a visão subnormal podem atingir qualquer pessoa em qualquer idade. Bebês podem nascer sem a visão, assim como, em qualquer fase da vida, as pessoas podem deixar de enxergar e tornarem-se cegas.

Nas pessoas cegas, as informações, a construção do conhecimento e as aprendizagens acontecem pela linguagem oral e pela exploração tátil, envolvendo especialmente as mãos. Seu uso como “instrumento de percepção deve ser intensamente estimulado, incentivado e aprimorado” (MEC/SEAD, 2000, p.24). A leitura e a escrita do sujeito cego se dão através do sistema *Braille*⁷.

⁷ É conhecido como o principal meio de leitura e escrita do sujeito cego.

Nas pessoas com resíduos visuais, a aprendizagem acontece através dos meios visuais que permitam ler textos impressos ampliados, mesmo sendo necessários recursos ópticos especiais.

É importante lembrar que, sempre que possível, o cego deve ser incentivado a usar seu resíduo visual nas atividades do cotidiano.

5 METODOLOGIA DO PROJETO

5.1 Caracterização do projeto

O Projeto “Inclusão e Produção de Audiotextos na construção do conhecimento e aprendizagem dos cegos de Santa Maria”, advém da possibilidade que têm, as pessoas com baixa visão e cegas, de receberem as informações através da audição.

O Projeto utiliza para a gravação dos livros e outros textos falados os recursos de áudio disponíveis para uso em microcomputadores de tipo "desktop" e "laptop".

Os recursos de hardware basicamente identificam-se com placas de som para microcomputadores, microfones e caixas de som. Os computadores pessoais geralmente já possuem esses requisitos. Os microfones, menos frequentes, são equipamentos de baixo preço. Os mais adequados às atividades do projeto são aqueles acoplados a headphones e revestidos de espuma sintética para redução de ruído.

Os recursos de software são obtidos junto aos repositórios de softwares livres, com ênfase para o programa multifuncional para edição de arquivos de áudio audacity. O programa encontra-se disponível na Internet acessando o endereço: <http://audacity.sourceforge.net>

A utilização dos recursos elencados acima supõe, sempre que necessário, a realização de oficinas de familiarização para todos os participantes do projeto.

Caso nosso trabalho vier a ser bem sucedido e se consolidar, certamente necessitaremos de espaços mais especializados. Entre eles estão previstos a organização de uma sala com isolamento acústico e de uma AUDIOTECA .

A sala com isolamento acústico, uma espécie de Laboratório, seria o local onde aconteceriam as atividades de experimentação e análise, que estariam ligadas à prática de produção de audiotextos. E a Audioteca, uma espécie de biblioteca, só que voltada para guarda e acesso de documentos sonoros, neste caso, audiotextos.

De forma embrionária, a AUDIOTECA poderia comportar a seguinte estrutura:

1. Uma **sala de consulta**, onde os usuários poderiam acessar os audiotextos por meio de computadores, aparelhos de som, tocadores de mp3, etc;
2. Uma sala ou espaço físico para o acondicionamento do **acervo** de documentos sonoros, então formado por CDs, DVDs etc;

3. Uma sala ou espaço físico para o **processamento** das atividades técnicas arquivísticas pertinentes à organização do acervo de documentos sonoros;

4. Uma sala ou espaço físico para a **recepção** dos usuários, onde seriam informados a respeito do acesso e empréstimo dos audiotextos.

5.2 Local de execução do Projeto

O projeto é executado em espaço físico da UFSM, de preferência em sala com isolamento acústico, como também, está sendo executado nos computadores pessoais dos ledores voluntários.

5.3 Sujeitos participantes do projeto

Os sujeitos participantes do projeto contemplam os três segmentos da comunidade universitária da UFSM, ou seja, os acadêmicos, técnico-administrativos e professores.

5.4 Público beneficiado

Deficientes visuais/baixa visão, cegos e videntes.

6.RESULTADOS PARCIAIS.

O projeto encontra-se em andamento, gerou benefícios a quatro sujeitos cegos da comunidade universitária, sendo três acadêmicos de graduação e uma técnica-administrativa. Atualmente, trabalhando com a ACDV, dando acesso a leitura de materiais didáticos em relação à literatura de apoio às disciplinas, como textos relacionados a sua formação e interesse pessoal.

7.CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação Inclusiva abrange muito mais do que o aluno com necessidades especiais, ela é um processo macro, que envolve também a família, a escola, a universidade e toda a sociedade.

Desta forma, enfatiza-se que é fundamental compreender o outro na sua diferença, pois, entende-se que todo o indivíduo independente de sua diferença, tem capacidades e limitações. Além disso, entende-se que a sociedade em sua grande maioria, ainda não está preparada para lidar com as diferenças, limitações e as individualidades.

Assim, acreditamos que a produção de audiotextos para a educação inclusiva traz impactos em relação às possibilidades de interação, comunicação e construção de conhecimentos por parte dos cegos, pois a audição como bem se tem conhecimento, é ferramenta fundamental no processo de aprendizagem e de vida de quem não tem a capacidade de enxergar.

Neste sentido, o projeto busca proporcionar a inclusão e melhoria do atendimento e interação escolar e social aos sujeitos com deficiência visual e cegos da comunidade universitária da UFSM e da Associação de Cegos e Deficientes Visuais de Santa Maria/RS. A fim de oferecer condições para que professores, alunos, técnico-administrativos e comunidade, tenham a oportunidade de superar as barreiras em relação aos cegos, a cegueira, bem como no que se refere ao processo inclusivo como um todo.

8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. MEC, Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Livro 1/MEC/SEESP. Brasília, 1994.

_____. MEC/SEAD. Cadernos da tv Escola: deficiência visual. Brasília: MEC/SEAD, 2000.

FERRE, N. P. de L. Identidade, diferença e diversidade: manter viva a pergunta. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Org) Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. Sul, 1999.

GONÇALEZ, José A. T. Educação e Diversidade: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

IBGE. Censo demográfico 2000: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2000

LAROUSSE, Cultural. Dicionário da língua Portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

SKLIAR, C. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. In: Educação e realidade. Porto Alegre. V.24 n.2 jul./dez. 1999.

Sites: <http://www.bengalalegal.com/novela.php>

<http://audacity.sourceforge.net>